Os artistas em tempos de Estado Novo: Trabalhismo e Associativismo na Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna (1937-1945)

CRISTINA JESUS DOS SANTOS[1]

A Sociedade Montepio dos Artistas de Itabuna (SMPAI), assim como algumas sociedades mutualista, poderiam incluir em seu repertório de atuação, a inserção no jogo político. Em meio à turbulência política social na qual estavam inseridos, os artistas agremiados na SMPAI buscaram aproximação com as figuras políticas que lhes fossem mais convenientes, isto é, que pudessem oferecer mais benefícios materiais para a classe. Por isso, precisamos entender melhor o contexto político nacional e local no qual estava inserida, bem como, as relações políticas que se processaram no decorrer do Estado Novo. Como os artistas e operários agremiados na SMPAI reagiram e interpretaram este período? Qual foi seu lugar neste novo cenário político? Ou qual impacto este período gerou ao operariado em torno da SMPAI? É o que pretendemos discutir.

Estado Novo e Associativismo na SMPAI

Estado Novo foi o nome que recebeu também o regime político em outros países, como na Espanha, Portugal e Argentina. Na tentativa de se afastar tanto do capitalismo liberal quanto do socialismo materialista, este regime se apresentava como uma alternativa capaz de resolver os problemas políticos e sociais. Embora tenha assumido características específicas em cada lugar, o Estado Novo pode ser caracterizado pela presença de um líder carismático a frente de um Estado intervencionista, e com forte apelo nacionalista. Dentro desta ótica o governo por meio do uni partidarismo, promoveria o desenvolvimento do país e regularia a vida do cidadão. Contudo, para Maria Celina D´Araújo (2000, p.10-11), as origens do regime brasileiro poderiam ter sido buscadas também em países periféricos como Turquia, Romênia e Polônia. Já que desta última teria vindo as inspirações para a Carta constitucional de 1937, que ficou conhecida como “polaca”, preparada por Vargas em substituição a Constituição anterior.

[1] Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pós-graduanda no curso de especialização em História do Brasil.

Ao se instaurar no poder em novembro de 1937, a política ensaiada por Vargas nos seis anos anteriores começa a assumir contornos mais firmes, agora apoiado por uma ampla estrutura,

construída para sustenta-lo no regime. Para se estabilizar no poder o presidente recorreu ao uso da repressão a fim de eliminar os opositores ainda existentes, fossem eles de direita ou de esquerda. Muitos foram presos, torturados ou exilados. Também colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, pois estes alimentavam conflitos regionais que comprometeriam a unidade nacional. Novos interventores foram nomeados para intermediar a política nacional em níveis estadual e municipal. No governo da Bahia, Vargas substituiu Juracy Magalhães pelo engenheiro Landulpho Alves de Almeida, e no executivo de Itabuna, houve uma verdadeira dança da cadeira para definir um nome. O Prefeito Claudionor Alpoim renunciou do cargo ainda em novembro de 1937, que passou a ser ocupado por José Nunes de Aquino, permanecendo até março de 1938, quando Godofredo Almeida do Espirito Santo ocupou o posto. Mas em julho do mesmo ano foi novamente alterado e o engenheiro Francisco Ferreira da Silva tomou posse, ficando no cargo até junho de 1945. O que sinaliza uma tentativa ajustar melhor as forças, em todos os níveis de poder.

Além disso, Getúlio Vargas preocupou-se com a propaganda ideológica do Estado Novo, pois sua liderança e os rumos do regime era algo ainda em disputa. Nesse sentido o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1938, tendo Vargas como sua principal figura. Toda comunicação deveria enaltecer o governo, apresentando o presidente não apenas como o "chefe" da nação, mediador dos trabalhadores, mas também como um propulsor do progresso econômico do país. Era missão do DIP, silenciar e censurar qualquer manifestação contraria ao Estado Novo, facilitando o progresso dentro da nova ordem. Assim como no nazi-fascismo europeu a produção cultural deu suporte à política, no Brasil o DIP deveria estender sua atenção a toda produção artística (literatura, cinema, música, teatro, arquitetura, artes plásticas etc.), tudo deveria ser inspirado em elementos nacionais, estar em sintonia com o discurso e a política do governo, dialogando com as massas e colaborando com a educação cívica. Neste aspecto D'Araújo (2000, p. 34-35) opina que reside uma ambiguidade, pois enquanto muitos intelectuais opositores haviam sido exilados, o regime conseguiu reunir artistas e intelectuais de renome, de esquerda ou progressista, como Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Mario de Andrade, Heitor Villa-Lobos dentre outros, que desde a Semana de Arte Moderna buscavam um projeto autônomo com identidade nacional, sem que isso tenha os tornado pró Estado Novo. É importante lembrar que atrelado a esse discurso nacionalista, foi desenvolvida também uma política migratória com vistas a frear e limitar a entrada de estrangeiros. Pois estes, além de comprometer o projeto nacionalista, poderiam ser "portadores de ideias perigosos", especialmente alemães e italianos, o que se intensificou no período da Segunda Guerra Mundial.

Ao lado de outras alternativas a política estado-novista, contou com apoio fundamental da transmissão radiofônica. Através dela, por exemplo, o ministro do trabalho Alexandre Marcondes

Filho, utilizou seu programa “falando aos trabalhadores” para difundir e explicar a política do Estado Novo, enfocando na legislação social trabalhista (GOMES, 2001, p.213). Uma vez que o analfabetismo e a extensão territorial do país, não favorecia o conhecimento da lei somente pela via escrita. Isto justificaria as várias movimentações dos membros da SMPAI, em torno de campanhas financeira tendo um rádio como premiação. Em 1941, por exemplo, a Sociedade ganhou um rádio para rifar e o dinheiro arrecadado seria revestido na compra de uma bandeira nacional e outra da Sociedade. Em agosto de 1943, o consocio Diógenes, também doou um rádio para ser rifado. Isso pode significar um reflexo da interferência e da receptividade da política nacional, assim como podemos perceber nas atividades escolares da Escola Manoel Vitorino (EMV), onde encontramos exercícios dos alunos, com repetição de frases, com os dizeres: “O Brasil espera que cada um cumpra seu dever”, “Amar o Brasil é nosso dever” e “O Brasil é minha pátria”.

A questão social no Estado Novo: Associativismo e trabalhismo na SMPAI

Paralelamente à campanha ideológica, a questão social também passou a ocupar a preocupação central do regime, deixou de ser uma questão de polícia como era até a Primeira República, para ser uma questão política, que precisava da atenção e intervenção do Estado. O trabalho e o trabalhador brasileiro entravam em cena como parte desse projeto em construção. O que implica dizer que, a valorização e inclusão do homem enquanto cidadão passava por uma ética do trabalho, e não necessariamente pela participação e voz ativa. Desta forma a “nova democracia” pretendia romper com a distância entre povo e governo, contraditoriamente, por meio da autoridade (GOMES, 2001, p. 203), diminuindo os direitos políticos e aumentando os sociais. Seguindo essa lógica, algumas estruturas foram montadas e/ou ampliadas, como a legislação trabalhista e previdenciária para proteger e amparar o trabalhador, conduzindo essa importante relação para a legitimação do novo regime. Neste sentido, o sindicalismo corporativista proposto por Vargas desde 1930, precisaria continuar sendo estimulado, para contribuir com o progresso dentro da ordem.

Além disso, contou também com o suporte da máquina de propaganda estado-novista - o DIP - que criou e fortaleceu um calendário cívico festivo oficial. Colaborando para a consolidação da imagem do presidente, como um homem sensível à causa trabalhista e próximo dos trabalhadores. Sobre este último aspecto pode ser percebido na SMPAI, através das trocas de correspondências entre os artistas e o presidente do país. Em dezembro de 1943, constou no expediente um telegrama de Vargas agradecendo os sentimentos pela morte de seu pai; em abril de 1942, a SMPAI enviou um telegrama felicitando-o pela passagem do seu aniversario, ao qual ele respondeu em junho.

Ainda que estas respostas do presidente não tenham sido feitas por ele mesmo, este mecanismo denota aproximação com o seu interlocutor, que neste caso é o trabalhador, peça chave no projeto do Estado Novo.

A afeição pelo presidente simulando alguém próximo pode ser percebida ainda, pelas missas em favor do mesmo. Em abril de 1941 foi celebrada uma a pedido do Prefeito municipal em homenagem ao seu aniversário, na qual a Sociedade compareceu. Em setembro de 1942, o secretario da prefeitura Dr. Nathan Coutinho, também convidou a SMPAI para participar de uma missa de ação de graças pelo restabelecimento de Vargas. A respeito das missas, revela não só afetividade com o presidente, mas também a presença de um ritual cristão. O que dialoga com os valores morais bastante explorados por Vargas, como os da cooperação, harmonia, coletividade e união. Estes já compactuados com o associativismo praticado na SMPAI, bem como os valores da laboriosidade defendidos pelo regime. Ambos se encaixavam como uma luva no projeto de unidade nacional e harmonia social do Estado Novo.

Na manhã do 1º de maio de 1939, os artistas e operários da SMPAI se reuniram, juntamente com "autoridades estaduais e municipais", "comissões de sindicatos etc", para celebrar o dia do trabalho. O orador oficial Osnir Maron "ocupou a tribuna sob prolongada salva de palmas" e fez seu discurso exaltando a natureza, lembrando-se do divino criador. Falou sobre o "conflito entre o capital e o trabalho, entre patrões e operários" lembrou ainda das "leis sociais no Brasil" e convidou o operariado nacional "a trabalharem nesta estrada de paz e trabalho".

Em seguida foi cantado o "Hino do Trabalho pelos alunos da Escola Manoel Vitorino", que também apresentaram alguns trabalhos intitulados: "Oração à bandeira", "Operários", "Minha Terra" dentre outros, "sendo todos calorosamente aplaudidos". Foram entregues alguns diplomas de sócios Beneméritos e Remidos. Na sequência, alguns convidados falaram sobre a data e antes de encerrar a solenidade, o presidente convidou para todos "assistirem de pé o Hino Nacional cantado pelos alunos" da EMV. No 1º de maio de ano seguinte, o presidente da sessão, congratulou-se com o operariado itabunense e lamentou "que esta festa não pudesse acontecer na Europa, porque o flagelo da guerra impedia". Na mesma comemoração do ano 1942, o presidente da assembleia geral Pedro Paulino dos Santos também congratulou-se com a classe "hoje amparada pela legislação" do "governo da República" "assegurando as negadas garantias e direitos dos operários". Ainda que beneficiando apenas os trabalhadores urbanos e encontrando alguma resistência no patronato, como se vê, o discurso trabalhista do Estado Novo repercutia no associativismo praticado pelo operariado da SMPAI. Inclusive, sendo incorporado ao seu calendário festivo.

Entre as datas comemorativas criadas e/ou explorados pelo DIP para promover a política estado-novista estavam: o Dia da Raça, Dia da Pátria, Semana da Independência, Dia da Juventude,

(D'Araújo, 2000, p. 36), Aniversário do Estado Novo, Aniversário de Vargas e o mais explorado de todos: o Dia do Trabalho. Neste dia o grande destaque era o trabalhador e a festa era realizada especialmente para ele (GOMES, 2001, p. 216-17). Ainda que o 1º de maio fosse comemorado pelos trabalhadores antes mesmo do Estado Novo. Foi a partir de 1938 que ele adquiriu contornos de um ritual especial para o Estado, sob o comando do presidente falando diretamente aos trabalhadores. A data passou a ser comemorada pelo governo, em espaços públicos com capacidade para uma multidão de trabalhadores, que aguardava sempre uma nova iniciativa do governo no campo social. Como foi prometido por Vargas no primeiro 1º de maio comemorado pelo Estado Novo, onde ele mesmo anunciou a regulamentação do salário mínimo.

Além do reconhecimento da nova legislação e do elemento religioso, presente nas solenidades do 1º de maio comemoradas na SMPAI, é importante perceber também, o patriotismo expresso não só na entoação dos hinos (do Trabalho e Nacional), mas também na educação cívica dos alunos que apresentaram trabalhos com temas relacionados á mentalidade do regime. Crianças e jovens também eram alvos da propaganda do Estado Novo, para os quais, Vargas era sempre representado como um ser superior, protetor e pai da grande família feliz que era a nação brasileira. (D'Araújo, 200, p. 34-36). Esses ingredientes eram sistematicamente acrescentados ao ensino escolar, no qual a EMV estava inserida.

A celebração do 1º de maio conformava grande parte, da ideologia do trabalhismo criado pelo Estado Novo. Onde a ênfase nos direitos do trabalho, outorgados pelo presidente, conferia aos trabalhadores uma cidadania de pertencimento político, econômico e moral ao país. A dinâmica dessa relação era uma forma de contrato que "estabilizava a nação e sustentava o poder do Estado". Resultado do que Gomes caracteriza de "Dar-receber-retribuir", ou seja, Vargas concedia aos trabalhadores os direitos, porque seria dever deste Estado promover a justiça social; os trabalhadores por sua vez, recebiam pela necessidade; e retribuíam à doação pela obrigação implícita à ação de receber, fechando assim um pacto. O pacto trabalhista residia no trabalhador integrar e pertencer ao regime, harmoniosamente, sem conflito. (GOMES, 2001, p. 226-33).

No vigésimo aniversário de fundação da Sociedade, foi inaugurado no salão social um retrato do "Dr. Getúlio Vargas, o indubitável presidente da nação brasileira", seguido por "uma eloquente oração, salientando as qualidades morais, intelectuais e patrióticas, do eminente brasileiro, chefe do governo republicano do nosso país". No ano seguinte, 1940, o Sindicato dos Operários em Construção Civil de Itabuna, enviou um convite chamando a SMPAI, para participar da passeata cívica, que seria promovido por eles na manhã do dia 10 de novembro, ou seja, no dia do aniversário do Estado Novo.

Nota-se que o alinhamento ao regime e simpatia ao seu "chefe", além de serem demonstradas e incorporadas ao calendário festivo da Sociedade, eram também compartilhadas com outras agremiações, por meio de manifestações públicas e coletivas. Tomando como referência o pensamento de Gomes, estas manifestações podem ser entendidas como uma forma de retribuição e reconhecimento "ao chefe do governo". Aliás, a comemoração do 10 de novembro, assim como o aniversário de Vargas e o 1º de maio, eram as datas mais usadas pelo regime, para fazer aproximação entre as autoridades do governo e o público trabalhador,(GOMES, 200, p. 217) estreitando esta relação. Embora não fosse um destes feriados, podemos notar esta intenção no 2 julho de 1940, quando várias autoridades políticas do governo visitaram a SMPAI, dentre elas o interventor Landulpho Alves que manteve "animada palestra com o presidente dizendo as melhores impressões que teve dessa Sociedade" e fez a promessa de viabilizar uma subvenção para a SMPAI.

Trabalhismo, redemocratização e fim do Estado Novo

No apagar das luzes de 1941, o interventor da Bahia Landulpho Alves utilizou do Jornal Oficial de Itabuna, no dia 23 de dezembro, para publicar um telegrama no qual reportava uma importante notícia sobre a política nacional. Dizendo que:

> *O presidente Getúlio Vargas, auscultando os sagrados interesses do Brasil, seguindo a opinião sensata da esmagadora maioria do povo brasileiro e honrando os compromissos assumidos em várias conferencias pan-americanas, declarou oficialmente estar o Brasil solidário com os E.E.U.U em face da agressão nipônica àquela grande república irmã. (APMIJD. Jornal Oficial, 23/12/1941, ano VIII – 51º, n. 551)*

A notícia sinaliza um marco no Estado Novo, pois desde o início da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, o governo Vargas se manteve observador do conflito. A neutralidade era vantajosa economicamente, pois possibilitava continuar mantendo relações comerciais, com os países envolvidos nos dois lados da guerra. Estados Unidos e Alemanha eram respectivamente, os principais parceiros comerciais do Brasil. Mesmo antes da guerra ambos já tinham interesse no país. Depois do ataque japonês à base naval norte-americana, em 7 de dezembro de 1941, os EUA entraram na guerra e pressionou os países latino-americano à segui-lo. Então, Vargas "interpretando a opinião e o desejo do povo brasileiro" cedeu à "grande república irmã" solidarizando-se com ela. Dessa forma, estava expressamente proibido "quaisquer demonstrações contrarias aos Estados Unidos e a política seguida pelo governo brasileiro". Por isso, Landulpho Alves encerrava o telegrama, fazendo um pedido:

> *Esta interventoria conta com o esforço e a desvelada dedicação da administração desse município [Itabuna], como de seu povo, no sentido de serem asseguradas em todo território do Estado o comportamento e a colaboração recomendados pelo Chefe da Nação nesta emergência, o que significará um trabalho digno das tradições bahianas, pelos interesses do Brasil.(APMIJD. Jornal Oficial, 23/12/1941, ano VIII – 51º, n. 551).*

A definição de um posicionamento perante a guerra implicou em mudanças na conjuntura política do país. Depois de confessar publicamente apoio aos EUA, o Brasil rompeu relações comerciais e diplomáticas com a Alemanha, navios brasileiros foram atacados por alemães e houve passeatas a favor da entrada do país na guerra. Em agosto de 1942, o governo finalmente declara guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), colocando-se ao lado dos Aliados (França, Inglaterra e EUA). A partir dessa decisão, sucedeu-se uma série de acontecimentos que colocavam em xeque a permanência do Estado Novo. Apesar de estar bem organizado e possuir um forte aparato, o Estado Novo não era um regime homogêneo, nem estava imune às interferências políticas internas e externas. De imediato algumas medidas foram tomadas internamente pelo governo, como a demissão dos funcionários favoráveis ao Eixo.

Ainda em 1942, o interventor da Bahia enviou um telegrama para o Prefeito de Itabuna, Francisco Ferreira: "momento em que deixo o Governo no Estado destaco a importância dos esforços que desenvolvestes [...] quero vos agradecer a colaboração [...]" e pedia:

> *O vosso apoio como o da vossa gente ao eminente cidadão soldado que nesta hora assume o governo do Estado, Coronel Renato Onofre Pinto Aleixo, é necessidade que se impõe refletindo o vosso apoio do preclaro presidente Getúlio Vargas [...]. (APMIJD. Jornal Oficial 1/12/1942, ano VIII – 52º, n. 600).*

A substituição do engenheiro Landulpho Alves, pelo general Renato Onofre Pinto Aleixo, aponta uma preocupação do governo em reajustar as forças disponíveis, para o momento que se abria, pois a entrada do Brasil na guerra significou a dilatação do primeiro período presidencial, que de acordo com a Carta constitucional de 1937, deveria durar até novembro de 1943. Quando seria realizado um plebiscito popular. A declaração do estado de guerra suspendeu essa intenção e adiou o fim do regime. Por outro lado, a posição do Brasil a favor da democracia em outros países, suscitava questionamentos e apontava as contradições do regime. Que na política externa defendia governos democráticos, mas internamente mantinha o país sob uma ditadura.

Em paralelo a esta questão, a falta de víveres e o aumento no preço dos produtos de primeira necessidade, passou a dificultar bastante à vida dos brasileiros. A popularidade do governo estava ameaçada e a oposição encontrava espaço para se rearticular. O governo teve que repensar sua atuação, tendo como horizonte a redemocratização do país. O desafio seria conduzir esse processo de liberdade dentro da ordem e ao mesmo tempo administrar o apoio da classe trabalhadora ao governo. (CAPELATO, 2003)

A relação com a classe trabalhadora precisava ser explorada no sentido de fortalecer e tornar mais eficiente do ponto de vista político. O pacto trabalhista precisava ser intensificado então algumas estratégias foram (re) elaboradas. Como era próprio do regime a ideia de "mobilizar" os

trabalhadores pela via sindical, foi criado em janeiro de 1943, a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), com a tarefa de operacionalizar a organização sindical, tornando esta uma realidade efetiva em todo país.

Aliado a campanha de sindicalização, no 1º de maio daquele ano também foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), este código reunia todas as leis trabalhistas criadas até então (férias, licença maternidade, salário mínimo etc.), um marco na legislação trabalhista e deveria ser entendida pelos trabalhadores, como a maior concretização do programa social de Vargas. Estas ações dialogam com a preocupação do governo em operar o trabalhismo em direção à abertura do regime, pois estava sendo discutido em quais moldes seria realizado o processo político eleitoral, e qualquer que fosse a alternativa escolhida, os trabalhadores deveriam fazer parte disso.

No dia 1º de maio de 1944 os agremiados da SMPAI se reuniram como de costume, para comemorar o Dia do Trabalho na presença de "autoridades e representantes das classes sociais de Itabuna". O advogado Raymundo Pereira Lima foi o orador oficial da solenidade, e falou "em palavras cheias de entusiasmos e sinceridade [...] como se desenvolveram as atividades humanas" "sempre orientadas e dirigidas para a melhora da coletividade". Em seguida, os alunos da EMV apresentaram algumas poesias e cantaram o Hino do Trabalho. Ao encerrar "o presidente, referindo-se a grande data, fez salientar a personalidade do nosso presidente Vargas", "enaltecendo o trabalho" e finalizou "proclamando os méritos do presidente Vargas que sabiamente dirige o Brasil". (ASMPAI. Livro de Álbum Social, 1/5/1944, p.243-244.)

Em maio daquele mesmo ano, Vargas também anunciou a lei de sindicalização rural. Um passo importante para a sindicalização massiva dos trabalhadores, pois isto seria muito útil para a abertura do regime, de forma tranquila. A fórmula mais simples e segura para a transição do regime, apontada pelo governo, seria um processo eleitoral rápido, com o alistamento dos trabalhadores nas instituições de classe. O que significaria considerar a carteira trabalho equivalente ao título de eleitor. Seus funcionários, em especial o ministro do trabalho Marcondes Filho, cuidava para que isso acontecesse dentro do planejado, e resultasse na permanência de Vargas no governo, com o apoio dos trabalhadores.

Essa preocupação era latente, porque crescia a pressão por parte de vários setores, para a abertura do regime e o governo gostaria de protagonizar a volta à democracia. Em fevereiro de 1945 foi apresentada pelos jornais a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, como oposição pela União Democrática Nacional (UDN). Ao que o governo respondeu com a divulgação da Lei Constitucional que fixava o prazo de 90 dias, para que fossem marcadas as eleições e elaborada uma lei eleitoral. Seguido do pronunciamento público de Vargas, anunciando que seu nome não estaria na corrida presidencial. Fez-se necessário então, a apresentação de algum nome, o qual foi

escolhido pelo governo o ex-ministro de guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD). Seu nome era uma estratégia para disputar as forças no meio militar.

No dia 13 de maio de 1945, a SMPAI organizou uma solenidade especial para fazer a entrega de diplomas de sócios. Sob a presidência do sócio benemérito Dr. Gileno Amado, "procedeu a entrega dos diplomas", na ocasião foi "feita a entrega de diplomas ao Dr. Alicio Piltier de Queiroz e Vitor Maron" e do "Dr. Ubaldino Brandão". Embora os diplomados não estivessem presentes, Dr. Adelcio Benicio dos Santos falou por eles, dizendo "ter dado esta casa o mais belo exemplo de fraternidade na sua conduta em todos os tempos". Encerrando a sessão "o presidente de honra" lançando um olhar retrospectivo da SMPAI, lembrou-se do sócio fundador Flaviano Moreira que "fazendo mal a si próprio, fazia bem aos outros". Em seguida "congratulou-se com os sócios beneméritos pelos títulos que ora lhes foram conferidos, porque eles são bem a expressão de confiança desta Sociedade nos sócios".

Além de mostrar o prestigio do qual gozava, a SMPAI, ao atrair personalidades importantes na meio social de Itabuna como os médicos Vitor Maron e Alício de Queiroz, ofertando-lhes um diploma da Sociedade. Também demonstra quão complexo era seu envolvimento no jogo político, pois no contexto de redemocratização que passava o país, conseguiu reunir na mesma sessão, figuras de facções opostas como Ubaldino Brandão que no final 1945 seria presidente do diretório local da UDN e Gileno Amado ligado ao PSD. Isto não era incoerente para os artistas da SMPAI. Cabe ressaltar que estas relações se davam no limite das preferências políticas da Sociedade, pois quando em julho de 1945, o Partido Comunista do Brasil enviou-lhes um convite para sua instalação em Itabuna, o presidente respondeu que não enviaria representante "por vir de encontro aos nossos estatutos".

Nesse período também foi escolhido um novo Prefeito para Itabuna. Armando Augusto da Silva Freire era uma "pessoa de destaque social e político em nosso município, onde já exerceu cargos de relevo". No dia 26 de junho, em sua cerimônia de posse, falou sobre a "campanha eleitoral que se desenrola no paiz" e analisou o momento como "um clima de ordem e respeito, à altura da nossa tradição de povo civilizado e democrata". Ao finalizar Freire agradeceu a nomeação de seu nome pelo interventor federal general Renato Onofre Pinto Aleixo e faz um "veemente apelo em prol da candidatura do eminente homem público Gen. Eurico Gaspar Dutra continuador, que será da obra do Presidente Vargas". Demonstrando dessa forma, um alinhamento partidário em sintonia com a política nacional.

A princípio Vargas tinha a intenção de reunir em um único partido, todas as forças de seu governo, ou seja, trabalhadores e interventores. Contudo, a nova configuração política: PSD

formado essencialmente por interventores, “representando o que mais de significativo existia em temos de novas elites políticas”. (GOMES, 2001, p. 282). Deixava de fora a classe trabalhadora. A transformação do trabalhismo em termos políticos, isto é em partido na nova conjuntura, ficou sob a responsabilidade do ministro Marcondes Filho. Que fez isto utilizando a estrutura ministerial, ou melhor, as lideranças sindicais e os organismos previdenciários. Assim foi montado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a chancela do governo, porém sem nenhum nome expressivo ou candidato à presidência.

O ano de 1945 tornava-se bastante conturbado. Embora o PSD e o PTB estivessem ligados ao presidente, Vargas aparentava querer afastar-se da vida pública, e a sua não candidatura provocaram dois movimentos de massas, o Queremismo e o “Constituinte com Getúlio”, que clamavam pela sua permanência na presidência. Com a suspensão da censura à imprensa e a anistia aos presos e exilados, o Partido Comunista (PC) estava de volta à legalidade e encontrava espaço nestes movimentos, principalmente, neste último, onde seu líder Carlos Prestes defendia que Vargas só deveria sair do poder depois de organizar uma nova constituição. Esta postura do PC em defesa do presidente, era justificada pelo fato de Vargas ter sido contrário aos regimes totalitários europeus. Entretanto, Vargas não cedia aos movimentos e com o avançar do processo eleitoral desmoronava-se o Estado Novo, mas permanecia, incrivelmente, o prestígio de seu “chefe”.

Temendo o não cumprimento da lei eleitoral ou que Vargas preparasse um novo golpe, a oposição se antecipou e sob pressão dos militares, Vargas foi obrigado a deixar o cargo. No dia 29 de outubro de 1945 o Estado Novo ruiu de vez, e Getúlio Vargas finalmente desocupou o posto no qual se mantinha há 15 anos ininterruptos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Maria Celina D’. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. O Estado Novo: O que trouxe de novo? Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001;

_____..**Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.